



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150588 - MG (2021/0226235-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : DAVI DOS SANTOS SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RICHARD DO CARMO AZEVEDO - MG151685  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAVI DOS SANTOS SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Habeas Corpus Criminal n. 1.0000.21.106848-1/000).

O recorrente cumpre pena no regime semiaberto. Em 24/5/2021 apresentou requerimento para a progressão de regime, alegando que possuiria tal direito desde 13/5/2021, tendo o Juízo originário indeferido o pedido e determinado o reexame de novo pedido em 9 (nove) meses, sob o fundamento de que o apenado teria cometido falta grave e a contagem do prazo para aquisição da progressão de regime teria se reiniciado.

Sustenta que está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que se encontra em regime errôneo, pois a negativa da ausência do requisito subjetivo com aplicação do *in dubio pro societate* carece de amparo legal e a decisão pelo reexame futuro de novo pedido extrapola os limites legais estabelecidos para a progressão prisional.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja conduzido ao regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, consignou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 106):

*Diante do relatado, verifico que não há, repita-se, nenhum constrangimento ilegal a ser sanado por esta estreita via, vez que, ao contrário do que afirma a impetração, não restou evidente o direito do ora paciente de obter a progressão ao regime aberto, notadamente em razão do descumprimento das condições impostas quando esteve no mesmo regime ora pleiteado, não havendo que se falar, ao menos por ora, que o requisito subjetivo esteja presente.*

*Ademais, como o próprio impetrante afirmou, foi interposto Agravo em Execução contra a decisão do magistrado singular, permitindo uma análise pormenorizada da situação do ora paciente.*

*Destarte, respeitando os estreitos limites desta ação constitucional, ausente o constrangimento ilegal, denego a ordem.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por

ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência